

**14. PEDIDO DE ACESSO LIVRE (SEM RESTRIÇÃO DE HORÁRIO) À
ÁREA PEDONAL – AV. CENTRAL - BRAGA:**

Submete-se para apreciação do Executivo Municipal, informação circunstanciada relativa ao pedido do Bloco de Esquerda, para acesso livre, sem restrição de horário, à área pedonal, mais concretamente à Avenida Central.



BRAGA
Município

GABINETE VICE-PRESIDENTE

INFORMAÇÃO Nº I/45/VPFM/2016

Referência	Data
0-GENÉRICO	30-03-2016

Assunto: Pedido de acesso livre (sem restrição de horário) à área pedonal.

Exmo. Senhor,

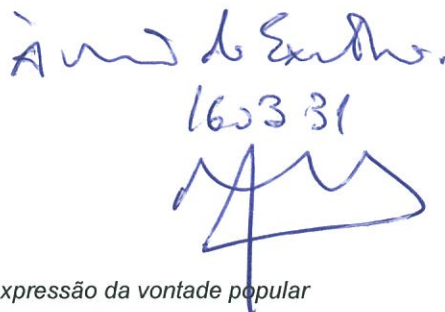
Presidente da Câmara Municipal de Braga, Dr. Ricardo Rio,

Na sequência de um pedido do Bloco de Esquerda para acesso livre, sem restrição de horário, à área pedonal, mais concretamente à Avenida Central e de acordo com o *Regulamento de Controlo de acesso Automóvel à área Pedonal* terá que ser merecedora de indeferimento, solicitamos por isso parecer à DSJC que informou o seguinte: "O Regulamento do Controlo de Acesso Automóvel à Área Pedonal da Cidade de Braga em vigor estabelece, no seu artigo 4º, as condições de acesso à área pedonal e entre elas admite a possibilidade do acesso a tais zonas devidamente identificadas no anexo 1, *"a outros veículos expressamente autorizados pela Câmara, em casos excecionais e devidamente justificados"*.

Da mesma forma estipula um regime de exceção para os titulares referidos nessa disposição relativamente ao horário permitido para o efeito constante do anexo II do mesmo Regulamento – cf. artigo 6º, *"desde que devidamente justificado"*. Ora, como resulta já da afirmação do Sr. Vice-Presidente, atendendo a que estamos perante uma sede dum partido político[1] e à natureza da atividade e finalidades que prossegue poderão estar reunidas as condições para a autorização dum regime de horário diferenciado, mediante deliberação da Câmara Municipal em conformidade. Todavia, tal decisão deverá merecer a análise superior", uma vez que se se deferir a solicitação, terá de ser consultado o Executivo Municipal.

O Vice-Presidente,


Dr. Firmino Marques


160331

[1] "Os partidos políticos concorrem para a livre formação e o pluralismo de expressão da vontade popular e para a organização do poder político, com respeito pelos princípios da independência nacional, da unidade do Estado e da democracia política"- vide Lei dos Partidos Políticos